

VOTO

O Senhor Ministro Edson Fachin (Relator): 1. Depreende-se da peça recursal que a controvérsia submetida ao exame deste Colegiado gravita em torno dos requisitos estabelecidos no ato presidencial para a concessão do indulto humanitário.

Sob a óptica da defesa, os três médicos que examinaram o apenado Paulo Salim Maluf e elaboraram o laudo oficial teriam incorrido em equívoco, sobretudo porque não levaram em consideração os exames particulares adunados aos autos, nada obstante a defesa tenha reiteradamente advertido acerca da necessidade de observá-los.

Ainda quanto às conclusões exaradas pela perícia oficial, alude ao parecer técnico realizado a pedido de Promotor de Justiça do Estado de São Paulo que acompanhou a realização das diligências determinadas por este Relator.

Enfatiza que esse parecer também afirma que o ora agravante é portador de doença grave e permanente, o que estaria a justificar, no mínimo, a realização de perícia complementar para o fim de dirimir os resultados díspares.

Sem embargo das teses lançadas pela defesa técnica, adianto que, a meu sentir, os argumentos ora declinados não se revelam aptos a alterar a compreensão externada na decisão agravada.

2. Princípio rememorando os fundamentos sustentados pela defesa técnica no pedido de indulto humanitário, estribado nas seguintes disposições do Decreto Presidencial n. 10.590, editado em 24.12.2020:

Art. 1º Será concedido indulto natalino às pessoas nacionais ou estrangeiras condenadas que, até 25 de dezembro de 2020, tenham sido acometidas:

I - por paraplegia , tetraplegia ou cegueira, adquirida posteriormente à prática do delito ou dele consequente, **comprovada por laudo médico oficial, ou, na sua falta, por médico designado pelo juízo da execução** ;

II - por doença grave permanente, que, simultaneamente, imponha severa limitação de atividade e exija cuidados contínuos que

não possam ser prestados no estabelecimento penal, **comprovada por laudo médico oficial** , ou, na sua falta, por **médico designado pelo juízo da execução** ; ou
(...)

No caso concreto, os documentos colacionados pela defesa em apoio ao pedido, cuja veracidade é questionada pela Procuradoria-Geral da República à luz dos resultados do laudo pericial, consubstanciam declarações e informações não oficiais, eis que emitidas por profissionais da confiança do ora requerente no exercício privado da suas atividades, desatendendo expressa exigência prescrita pelo Decreto Presidencial.

Isso porque, ainda que o laudo pericial ateste o comprometimento funcional irreversível da marcha pelo apenado, em decorrência de doenças e do processo degenerativo do envelhecimento (Tópico 6.6), nas respostas à quesitação, o documento mostra-se conclusivo ao refutar paraplegia, tetraplegia, ou cegueira, adquirida posteriormente à prática do delito ou dele consequente.

De outro turno, a outra hipótese normativa sustentada no pedido e reiterada em sede de agravo regimental, prevista no inciso II do Decreto, ao menos em sua interpretação literal, diz respeito à concessão de indulgência, por razões discricionárias do Presidente da República, em casos nos quais as enfermidades tornem especialmente gravosa e difícil a custódia em estabelecimento penal.

É certo que o Agravante encontra-se em prisão domiciliar humanitária desde 2018. Assim, a princípio, não se faz configurada a espacialidade prevista expressamente no art. 1º, II, do Decreto 10.590, de 24 de dezembro de 2020.

Por isso, na análise de pleito semelhante deduzido e examinado à luz do contido no anterior Decreto Presidencial n. 9.706, de 8.2.2019, salientei, em reforço à percepção pela cumulatividade dos requisitos, a existência de ressalva expressa naquela norma até então vigente, no sentido de consignar que o indulto não seria concedido aos condenados que tiveram a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos ou multa ou àqueles que foram beneficiadas pela suspensão condicional do processo, tudo a corroborar a indispensabilidade, sob o prisma humanitário, do vínculo entre as condições específicas do condenado e o ambiente prisional.

Sem embargo, como pontuei na decisão agravada, essa ressalva que venho de mencionar não foi reproduzida na normativa atual. Ao revés, o art. 6º, III, do Decreto Presidencial 10.590, editado em 24 de dezembro de 2020, é categórico ao prever o cabimento do indulto aos condenados que estejam em livramento condicional. Ou seja, por interpretação sistemática, depreende-se que a norma vigente não traz o recolhimento ao cárcere como exigência necessária e cumulativa à concessão do indulto.

Em tal panorama, torna-se indispensável analisar o requisito da existência de doença grave a exigir cuidados contínuos que não poderiam ser ministrados em estabelecimento prisional.

Nada obstante as razões lançadas no agravo regimental, prossigo não antevendo motivo suficiente para afastar o laudo firmado por 3 (três) Peritos Oficiais do IMESC que se mostra conclusivo em afastar o enquadramento de doença grave nas enfermidades de que o apenado é portador. Essas conclusões vem lançadas após a exposição minudente da metodologia adotada, e tendo em perspectiva o critério médico legal de Doenças Graves.

Confira-se:

(...)

Do exposto está caracterizado que se trata de periciando com 88 anos de idade, cujo tratamento é feito em regime NÃO HOSPITALAR, na modalidade ambulatorial, cuja avaliação funcional, pelo Karnofsky Performance Status (item 5.6), se situa no escore 5 (Necessita de assistência e atendimento médico frequentes).

As morbididades apresentadas não se enquadram em critério médico-legal de Doenças Graves (item 5.5).

E concluem:

(...)

Do exposto está caracterizado que se trata de periciando com 88 anos de idade, cujo tratamento é feito em regime NÃO HOSPITALAR, na modalidade ambulatorial, cuja avaliação funcional, pelo Karnofsky Performance Status (item 5.6), se situa no escore 5 (Necessita de assistência e atendimento médico frequentes).

As morbididades apresentadas não se enquadram em critério médico-legal de Doenças Graves (item 5.5).

Apresenta limitações para as atividades de vida diária (tanto básicas como instrumentais (item 5.4), demandam a ajuda de terceiros, com necessidade de cuidador nas 24 horas.

O quadro mórbido é passível da manutenção da condição que ora lhe é dispensada, ou seja, cuidados em domicílio .

O indulto humanitário, do ponto de vista médico, em nada mudará as dependências médico-assistenciais. Não minorará e nem agravará seu estado de saúde.

O texto legal do Decreto do Indulto humanitário, se refere a limitação de atividade e que exija cuidados contínuos que não possam ser prestados no estabelecimento penal e o periciando não está em estabelecimento penal, teve direito a benefício legal, a prisão domiciliar humanitária desde 21/05/2018 com cuidados em domicílio, com cuidadores e assistência médica.

Assim caberá a interpretação caberá ao MM. Juiz, visto que não se encontra em estabelecimento penal, pelo fato que os cuidados que necessitava não podiam ser prestados pelo estabelecimento penal e assim lhe concedido o benefício humanitário do da prisão domiciliar .

Reitero: o laudo oficial foi elaborado com a detalhada exposição dos critérios médicos seguidos, a metodologia de análise empregada, assim como as respostas conclusivas aos quesitos, tudo em consonância com o art. 473 do Código de Processo Civil. Ao final, a perícia oficial - exigida pelo ato presidencial, insista-se - foi conclusiva no sentido de que o ora Agravante, sob o prisma do critério médico legal e os métodos de análise adotados, não está acometido por doença grave permanente.

Em tal panorama, quanto ao ponto sustentado como controverso pela defesa técnica, alusivo à efetiva gravidade de doença permanente, descabe potencializar os efeitos do parecer técnico emitido a pedido do Ministério Público de São Paulo, pelo Centro de Apoio Operacional à Execução, para a finalidade de afastar a conclusão do documento oficial expressamente exigido pelo ato presidencial.

É que o citado consubstancia manifestação opinativa assinada por um único médico psiquiatra, tomando por base o acompanhamento da Perícia Judicial realizada no IMESC em 07/05/2021 e da documentação apresentada para análise (e.Doc. 121), o que não atende aos requisitos do art. 473 do Código de Processo Civil e tampouco tem o condão de peremptoriamente afastar as conclusões dos Peritos Oficiais.

Nesse ponto, vale novamente destacar as diretrizes do próprio ato presidencial em que se estriba o pedido. Tanto na hipótese de paraplegia

como na de doença grave, a normativa dispõe que a comprovação das enfermidades se dá mediante *“laudo médico oficial, ou, na sua falta, por médico designado pelo juízo da execução”*.

Depreende-se, pois a ausência de previsão normativa para iniciativa adotada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em mobilizar o Centro de Apoio Operacional à Execução a elaborar parecer técnico não solicitado por esta Suprema Corte e firmado por médico psiquiatra que tampouco foi designado por este Relator.

Com efeito, o apenado está acometido de enfermidades crônicas e outras patologias cujo tratamento é contraindicado no ambiente prisional, tanto assim que a decisão ora agravada manteve a prisão domiciliar humanitária. Todavia, esses requisitos não se confundem com os fixados no ato de indulgência presidencial.

Tomando-se como ponto de partida a necessidade de comprovação das patologias por laudo oficial e, somente em sua falta, por médico designado pelo juízo da execução, imperiosa a conclusão de que a valoração da gravidade da doença não pode seguir critério discricionário.

No tocante ao pleito formulado pelo Vice-Procurador-Geral da República no sentido do envio de cópias dos exames médicos particulares aos respectivos Conselhos Profissionais, tenho que a medida não depende de intervenção jurisdicional.

3. Ante o exposto, nego provimento do agravo regimental.

É o voto.